



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AM

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 142984885/2025-CPL/SELOG/SR/PF/AM

Processo nº 08240.002301/2026-02

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: MAI/2026

SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
CONTRATAÇÃO DIRETA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de controle integrado de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização, controle de caramujos africanos e demais pragas urbanas, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, produtos e demais recursos necessários à execução dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas – SR/PF/AM e de suas unidades descentralizadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, e da Tabela a seguir:

GRUPO I					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	Metragem Quadrada (m²)	CÓDIGO CATSER	QUANT.*	VALOR ESTIMADO ANO
1	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a CCPI pelo período de 12 meses, com visitas bimestrais.	2.105,00	3417	06 meses	R\$ 5.400,00
2	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a NEPOM pelo período de 12 meses, com visitas mensais.	11.353,52	3417	10 meses	R\$ 17.000,00
3	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a SEDE SR/PF/AM pelo período de 12 meses, com visitas mensais.	44.450,60	3417	12 meses	R\$ 21.600,00

4	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a CAOP pelo período de 12 meses, com visitas bimestrais.	182,00	3417	06 meses	R\$ 3.600,00
5	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a CASA FUNCIONAL N10 pelo período de 12 meses, com visitas bimestrais.	566,00	3417	06 meses	R\$ 2.400,00
6	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a CASA FUNCIONAL N26 pelo período de 12 meses, com visitas bimestrais.	448,00	3417	06 meses	R\$ 2.400,00
7	Prestação de serviço de controle de insetos, roedores e cupins para atender a CIAPA pelo período de 12 meses, com visitas bimestrais.	1.145,55	3417	06 meses	R\$ 8.250,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO DO GRUPO:					R\$ 60.650,00
* Quantidade de meses por ano dos serviços					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, mesmo após o término de cada exercício financeiro, permanece a necessidade da administração pela manutenção dos serviços.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [...];

II) Data de publicação no PNCP: [...];

III) Id do item no PCA: [...];

IV) Classe/Grupo: [...];

V) Identificador da Futura Contratação: [...];

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos previstos na legislação ambiental e sanitária aplicável, especialmente aqueles constantes da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e da Resolução RDC ANVISA nº 622, de 9 de março de 2022.

4.1.1. A empresa contratada deverá comprovar capacidade técnica para execução dos serviços por meio de atestado(s) de capacidade técnica compatíveis com o objeto da contratação.

4.1.2. Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, regularmente licenciada pela autoridade sanitária competente, possuindo Alvará ou Licença Sanitária vigente para o exercício da atividade.

4.1.3. Os serviços contratados deverão observar critérios e práticas de sustentabilidade na utilização de materiais, insumos e produtos empregados na execução contratual, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.1.4. A contratada deverá promover a adequada segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação aplicável.

4.1.5. A contratada deverá adotar medidas destinadas à redução do desperdício de materiais, insumos, água e energia, sempre que tecnicamente viável.

4.1.6. A contratada deverá fornecer aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI necessários à execução dos serviços, observando as normas de segurança e saúde do trabalho.

4.1.7. A contratada deverá promover a capacitação periódica de seus empregados quanto às boas práticas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis às atividades de controle integrado de vetores e pragas urbanas.

4.1.8. Deverá ser observado o descarte ambientalmente adequado das embalagens e resíduos dos produtos químicos utilizados durante a execução dos serviços.

4.1.9. Não será exigida transferência de tecnologia ou de conhecimento técnico em razão das características da presente contratação.

4.1.10. Somente poderão ser utilizados produtos devidamente registrados, notificados ou cadastrados perante os órgãos competentes, quando exigido pela legislação, especialmente aqueles destinados ao controle de vetores e pragas urbanas.

4.1.11. A contratada deverá racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, priorizando, sempre que tecnicamente viável, produtos de menor impacto ambiental e menor risco à saúde humana, sem prejuízo da eficácia do tratamento.

4.1.12. Os serviços deverão ser executados sob supervisão de Responsável Técnico devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional competente.

4.1.13. Os serviços possuem natureza continuada, tendo em vista que sua interrupção poderá comprometer as condições de higiene, salubridade e segurança das instalações da Polícia Federal, bem como favorecer a proliferação de vetores e pragas urbanas.

4.2. A apresentação da proposta implicará plena ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e dos locais de execução dos serviços.

4.3. A contratada deverá disponibilizar mão de obra qualificada, materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto, sem ônus adicional para a Administração.

4.4. As obrigações da Contratada e da Contratante encontram-se estabelecidas neste Termo de Referência.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.8. Para o correto dimensionamento da proposta e pleno conhecimento das condições de execução do objeto, o interessado poderá realizar vistoria prévia nos locais de prestação dos serviços, acompanhado por servidor designado pela Administração, mediante agendamento prévio junto aos responsáveis indicados abaixo.

LOCAIS:	Responsável pela unidade para acompanhar visita técnica	Telefone:
Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas - Endereço: Av. Domingos Jorge Velho, 40 - D. Pedro II - Planalto - CEP: 69.042-470 - Manaus/AM.	Péricles Tavares Vieira Neto / Yann Cavalcante Neves	(92) 3655-1521/(92) 3655-1639
Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM: Av. do Turismo, Rua Agente Mauro Lobo (Ramal Praia Dourada), s/nº, Tarumã, Manaus/AM;	Cláudio Cesar da Silva	(92) 981100707
CIAPA – Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Polícia Ambiental – Base Rio Cueiras	Sr. Demetrius	(92) 9291-2548
CCPI- Cooperação Policial Internacional - Rua das Juremas, nº 96, Dom Pedro, CEP 69040- 290, Manaus/AM	Sr. Helvio	(45) 8824-5024
CAOP- Comando de Aviação Operacional - Instalado no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Av. Santos Dumont, 1350 - Tarumã, Manaus - AM, 69041-000	Sr. Will	(91) 8182-4390
Casa Funcional n. 10 - Rua Gilson Moreira (antiga Rua dos Bancários) – Bairro São Jorge	Sr. Lucas Monteiro	(92) 8428-2128
Casa Funcional n. 26 Rua 21 de Abril (antiga Rua Professora Talia Pedra) n. 26 – Bairro São Jorge	Sr. Bessa	(92) 9626-9000

4.9. As visitas poderão ser realizadas durante o período de elaboração da proposta, em dias

úteis, nos horários previamente acordados com a Administração.

4.9.1. Para realização da vistoria, o representante da empresa deverá estar devidamente identificado e apresentar documento que comprove sua vinculação ou representação da empresa.

4.10. A vistoria poderá ser realizada pelo representante legal da empresa ou por profissional por ela indicado.

4.11. Durante a vistoria poderão ser prestadas informações complementares necessárias ao adequado entendimento das condições de execução dos serviços.

4.12. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento das condições locais, das características das instalações ou das dificuldades inerentes à execução dos serviços.

4.13. A apresentação da proposta implicará a aceitação das condições de execução do objeto e o reconhecimento de que foram obtidas as informações necessárias para o adequado dimensionamento dos serviços.

4.14. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades relacionadas à execução do objeto.

4.15. A ausência de vistoria não afasta a responsabilidade da futura contratada pela adequada execução dos serviços contratados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Controle integrado de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização, controle de caramujos africanos e demais pragas urbanas eventualmente identificadas durante a execução contratual.

LOCAL	SERVIÇOS
Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas	Desinsetização de caramujo africano; Descupinização; Desratização; Dedetização.
Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM	
CIAPA – Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Polícia Ambiental	
CCPI- Cooperação Policial Internacional	
CAOP- Comando de Aviação Operacional	
Casa Funcional n.10	
Casa Funcional n.26	

Condições de execução:

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.3. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, em dias e horários que não causem impactos no funcionamento normal das unidades, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e serão acordados entre a Contratante e a Contratada;

5.4. Para entrar e permanecer nas dependências das unidades, os funcionários da Contratada deverão estar devidamente uniformizados e identificados com crachás;

5.5. A realização dos serviços e acesso da Contratada às dependências das unidades ficam condicionados à autorização de servidor responsável.

- 5.6. As pragas existentes devem ser exterminadas, bem como a formação de novas colônias e o surgimento de novos focos ou novos insetos devem ser impedidos;
- 5.7. As aplicações não devem colocar em risco a saúde de pessoas que trabalham ou transitam nas instalações;
- 5.8. Os produtos e métodos empregados deverão minimizar odores e impactos ao ambiente, observadas as recomendações dos fabricantes e as normas sanitárias aplicáveis.
- 5.9. A rotina de funcionamento do prédio deve sofrer a menor interferência possível;
- 5.10. Mesmo que seja necessário lavar o ambiente, o efeito do produto aplicado deve permanecer inalterado;
- 5.11. Os serviços deverão ser executados com orientação de Técnico Habilitado devidamente registrado no conselho regional competente e observados os procedimentos específicos para aplicação de cada produto. Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais treinados e identificados, utilizando equipamentos de proteção individual adequado para cada situação;
- 5.12. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, as licenças, autorizações e registros exigidos pela legislação aplicável à atividade de controle integrado de vetores e pragas urbanas.
- 5.13. Após cada aplicação, é necessário emitir relatórios dos serviços constando data e horário da aplicação, produto aplicado e responsável pela aplicação. Quando possível esta informação deverá ficar fixada, em adesivo próprio, nos materiais (por exemplo: iscas) deixados nas áreas em que os produtos foram aplicados;
- 5.14. Deverá ser promovido monitoramento das áreas tratadas em ação conjunta com a contratante, inclusive com reforço da aplicação, se for o caso, até a solução do problema, mesmo que surjam novos focos de pragas, com garantia de efetividade pelo prazo contratual;
- 5.15. Conforme disposto neste Termo de Referência. Porque a Lei nº 14.133/2021 substituiu o Projeto Básico pelo TR na maioria dessas contratações.
- 5.16. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.16.1. A contratada deverá observar os prazos estabelecidos pela Administração para execução dos serviços.
- 5.16.2. Os dados como RG e CPF e outras informações relevantes dos funcionários da contratada deverão ser informados previamente a prestação dos serviços;
- 5.16.3. O prazo para execução deverá ser observado previamente pela Contratada;
- 5.16.4. As rotinas de execução do trabalho deverão ser previamente apresentadas à Administração para anuência.
- 5.16.5. A descrição detalhada das rotinas e métodos de trabalho na execução dos serviços e das etapas deverão ser previamente acordadas;
- 5.16.6. O local, horário de permanência dentre outros devem ser acordados;
- 5.16.7. A frequência e periodicidade dos serviços;
- 5.16.8. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas deverão observar as normas técnicas, sanitárias e ambientais aplicáveis ao objeto, podendo ser previamente alinhados com a fiscalização contratual, quando necessário.
- 5.16.9. Os empregados da contratada deverão manter postura compatível com o ambiente institucional, observando as normas de segurança, disciplina e conduta estabelecidas pela Administração.
- 5.16.10. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá apresentar informações técnicas relativas aos produtos, equipamentos, metodologias e demais especificações necessárias à adequada execução dos serviços.
- 5.17. A avaliação dos serviços prestados será realizada por representante da Administração, considerando o cumprimento das especificações contratuais, a qualidade dos serviços executados, a efetividade do controle das pragas e o atendimento dos níveis de desempenho exigidos.

- 5.18. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5.19. Os produtos devem impactar o mínimo possível ao meio ambiente, bem como não devem colocar em risco à saúde das pessoas que trabalham ou transitam nas unidades;
- 5.20. Todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, insumos, produtos e acessórios necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para a contratante.
- 5.21. A contratada deverá disponibilizar quantitativo suficiente de profissionais, equipamentos e materiais para garantir a adequada execução dos serviços, minimizando impactos às atividades rotineiras das unidades atendidas.
- 5.22. Após cada intervenção, a contratada deverá apresentar relatório técnico ao fiscal do contrato, contendo, no mínimo: data da execução, identificação da unidade atendida, produtos utilizados, responsável técnico, metodologia empregada, ocorrência de focos identificados, medidas adotadas e recomendações pertinentes.
- 5.23. A contratada deverá possuir os materiais, equipamentos, tecnologias e conhecimentos técnicos necessários à execução dos serviços previstos neste Termo de Referência.
- 5.24. A contratada poderá realizar vistoria técnica preliminar nas unidades atendidas, mediante prévio agendamento e acompanhamento da Administração, para definição dos procedimentos operacionais necessários à execução dos serviços.
- 5.25. Durante o período de garantia dos serviços executados, sempre que constatada a persistência ou o surgimento de novos focos de infestação relacionados à área tratada, a contratada deverá realizar inspeção e, quando necessário, reforço da aplicação, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos após a solicitação da Administração, sem ônus adicional para a contratante.
- 5.26. Discriminação dos locais onde os serviços devem ser executados:
- I - Áreas internas e externas das unidades da Polícia Federal no Estado do Amazonas, incluindo subsolos, quando existentes;
 - II - Áreas ajardinadas, canteiros, floreiras e demais áreas verdes;
 - III - Vãos falsos em geral, tais como espaços entre pisos, paredes, escadarias, forros, galerias técnicas e locais similares;
 - IV - Armários embutidos, gabinetes, rodapés, pisos, forrações, portas, batentes e demais estruturas de madeira suscetíveis à infestação de pragas;
 - V - Estruturas de cobertura e madeiramento de telhados;
 - VI - Redes de eletrodutos, cabeamento estruturado, caixas de passagem, centrais elétricas e demais instalações prediais;
 - VII - Escritórios, áreas de circulação, garagens, estacionamentos, sanitários, anel externo das edificações, barriletes, depósitos, copas, guaritas, ralos, redes de esgoto, sistemas de drenagem de águas pluviais e servidas, poços de elevadores, quando existentes;
- 5.27. Concluída a execução dos serviços, as áreas atendidas deverão ser entregues limpas, organizadas e desimpedidas de quaisquer equipamentos, materiais, embalagens, resíduos ou demais objetos utilizados durante a execução contratual.
- 5.28. O dimensionamento da contratação considerou as características físicas das unidades atendidas, as áreas sujeitas à infestação de vetores e pragas urbanas e a necessidade de manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade e segurança das instalações.
- 5.29. A demanda da Administração possui como base as áreas e características das unidades descritas nos itens subsequentes deste Termo de Referência.
- 5.30. Abaixo, locais onde devem ser realizados obrigatoriamente os serviços:

- **Sede da Superintendência Regional - Detalhamento das Áreas**

Descrição	Área Existente (m²)
1. TOTAL ÁREA INTERNA	4.016,66
1.1 Piso Frio	3.846,89
1.1.1 Edifício Sede	3.318,19
1.1.2 Guarita	11,84
1.1.3 DRE	358,46
1.1.4 Setor de materiais (NAD)	134,40
1.1.5 Escritório do Transporte (NUTRAN)	24,00
1.2 Banheiro com insalubridade (público externo)	4,50
1.3 Banheiro sem insalubridade (público interno)	133,05
1.3.1 Edifício Sede	89,85
1.3.2 Guarita	3,60
1.3.3 DRE	12,00
1.3.4 Setor de materiais (NAD)	3,60
1.3.5 Transporte / Garagem e Academia	24,00
1.4 Laboratório SETEC	32,22
2. TOTAL ÁREA EXTERNA	40.582,49
2.1 Piso Pavimentado	550,00
2.2 Garagem das viaturas NUTRAN	1.157,96
2.3 Arruamentos e estacionamentos	8.127,00
2.4 Pátios e áreas verdes	30.747,53

• **Núcleo de Polícia Marítima (NEPOM) - Detalhamento das Áreas**

Descrição	Área Existente (m²)
1. TOTAL ÁREA INTERNA	1.008,38
1.1 Piso Frio	845,50
1.1.1 Administração	93,00
1.1.2 Pavilhão Sala de aula / Alojamento / Sala rádio	166,00
1.1.3 Flutuantes	586,50

1.3 Banheiro sem insalubridade	24,00
1.3.1 Administração	4,00
1.3.2 Pavilhão Sala de aula / alojamento / Sala Rádio	20,00
1.4 Espaços livres (saguão, hall, auditório, etc.)	138,88

- CIAPA – Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Polícia Ambiental

Descrição	Área Existente (m²)
1. TOTAL ÁREA	1.145, 55 m2

- CCPI- Cooperação Policial Internacional

Descrição		Área Existente Total (m²)
1. TOTAL ÁREA INTERNA		2.105
Piso Frio	Área Interna (m²):1.405	
2. TOTAL ÁREA EXTERNA		
Pátios e áreas verdes	Área Externa (m²):700	

- CAOP- Comando de Aviação Operacional

Descrição	Área Existente (m²)
1. TOTAL ÁREA INTERNA	182
1.1 Piso Frio	182

- Casa Funcional n.10

Descrição		Área (m²)	Existente	Total
1. TOTAL ÁREA INTERNA		566		
Piso Frio	Área Interna (m²): 158			
2. TOTAL ÁREA EXTERNA				
Pátios e áreas verdes	Área Externa (m²): 408			

- Casa Funcional n.26

Descrição		Área Existente	Total
		(m²)	
1. TOTAL ÁREA INTERNA		448	
Piso Frio	Área Interna (m²): 200		
2. TOTAL ÁREA EXTERNA			
Pátios e áreas verdes	Área Externa (m²): 248		

5.31. A demanda do órgão, tomando-se a metragem dos locais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência, tem como base as seguintes características:

5.31.1. Área Construída: é a área das edificações, que foram tomadas como medida para as aplicações dos produtos de controle de vetores e pragas urbanas: formigas, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, moscas, carapanãs (principalmente Aedes Aegypti) e cupins;

5.31.2. Área do Terreno: área em torno das edificações;

5.31.3. Área Total: é o somatório das áreas construídas e de terreno, que é a base de medida para os serviços de desratização.

5.32. Os serviços serão prestados da seguinte forma:

Dedetização:

5.32.1. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização do serviço de dedetização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local. A Contratante deverá aprovar a utilização de cada técnica.

5.32.2. Pulverização ou micropulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsificado em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto ou praga alvo, como: pisos, ralos, frestas, armários, prateleiras, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros;

5.32.3. Polvilhamento: Aplicação de produto inseticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com alto poder residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente aos focos situados em pontos com eletricidade como, eletrodutos, caixas de fusíveis e telefone, centrais elétricas e motores e equipamentos elétricos em geral, luminárias, ou ainda determinados espaços falsos ou vagos como alguns tipos de forrações.

5.32.4. Gel inseticida: Aplicação de inseticida em formulação gel, tipo isca alimentar, totalmente inodoro, com manutenção do poder residual, palatável e atrativo; deve atuar após a ingestão direta ou indireta. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto a ser exterminado. Esta técnica deve ser utilizada em locais onde não seja possível a utilização de outras, como: portas de geladeiras e refrigeradores, máquinas e equipamentos de preparo de alimentos de cozinhas e refeitórios, mesas e moveis em geral de escritórios, equipamentos eletroeletrônicos, pontos de luz e centrais elétricas, entre outros.

Desratização:

5.32.5. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização do serviço de desratização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local. A Contratante deverá aprovar a utilização de cada técnica.

5.32.6. Iscagem: aplicação de produtos raticidas em diversos pontos e repetidas vezes, os locais

deverão ser nas áreas onde materiais ou alimentos estejam sendo atacados, pontos de passagem e esconderijos e tocas, que sejam internas ou externas. O produto raticida deve atuar exclusivamente por ingestão, deve ser anticoagulante, para evitar odores pós-morte. Podem ser granuladas ou blocos parafinados, a depender do local. As iscas devem ser estrategicamente aplicadas em áreas como: parte inferior de gôndolas e nos pés das prateleiras, por baixo de armários, ralos, bueiros, valas ou córregos, tocas, forros, muros, cercas, parte superior de dutos de ventilação ou encanamentos aéreos, entre outros. As iscas devem ser acondicionadas em porta-iscas e, se necessário, parafusadas nos pisos e paredes;

5.32.7. Polvilhamento: Aplicação do produto raticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente às tocas, eletrodutos de largo diâmetro, entre outros.

5.32.8. Todos os bueiros, grelhas, valas ou ralos que possam ser utilizados para entrada/saída de roedores devem ser fechados com telas de aço ou similar, para impedir o seu ingresso nas dependências da unidade. Ainda, devem a permitir a passagem de água ou qualquer líquido, sem represá-las ou causar alagamentos.

Desinsetização de caramujo africano:

5.32.9. Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar. No controle deverá ser realizada a análise do local para verificação dos possíveis focos. A técnica abaixo poderá ser utilizada para realização do serviço de dedetização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local. A Contratante deverá aprovar a utilização de cada técnica.

5.32.10. Instalação de iscas: Serão espalhadas as iscas diretamente no solo através de aplicador de produtos granulados, próximo dos locais infestados por lesmas e/ou caramujos. Para o controle dos caramujos africanos, preferencialmente que seja efetuado o controle através de moluscicidas em forma de pellets (iscas) de metaldeído, devido seu poder atrativo e sua eficácia na eliminação das pragas. Os pellets devem ser distribuídos na dosagem de 30 a 50 pellets por metro quadrado, ou segundo a dosagem recomendada pelo fabricante. Devido à natureza sazonal dos moluscos, espera-se que sejam necessárias no mínimo 06 (seis) aplicações por safra (todo o período de postura, desenvolvimento e reprodução).

5.32.11. Catação: coleta manual de espécimes adultos, se a área infestada for pequena. Coletar os adultos com luvas de borracha ou sacos plásticos, pois os moluscos podem transmitir doenças ao homem através de sua mucosidade. Os adultos deverão ser destruídos em água fervente ou mecanicamente, e sua carcaça incinerada.

5.32.12. Pulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsionado em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do caramujo: ralos, frestas, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros.

Descupinização:

5.32.13. Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar. No controle deverá ser realizado o tratamento da alvenaria, tubulações, mobiliários, peças de madeira ou quaisquer pontos que apresentarem ataques visíveis de cupins, bem como tratamento preventivo em locais que apresentem a possibilidade de infestação. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização do serviço de descupinização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local. A Contratante deverá aprovar a utilização de cada técnica.

5.32.14. Insuflação de pó químico: aplicação de pó químico formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. O tratamento deverá ocorrer em dutos, caixas e quadros da rede elétrica / lógica / telefonia de modo a impedir que os cupins utilizem-se destes locais para se espalharem pelas edificações;

5.32.15. Micropulverização: aplicação da calda cupinicida em quantidade suficiente para encharcar a peça a ser tratada por meio de pulverizador elétrico ou manual;

5.32.16. Injeção: injeção da calda cupinicida com bomba apropriada e bicos especiais para cada tipo

de peça a ser tratada. A calda cupinicida deve ser injetada através de pequenos orifícios feitos no momento da aplicação e nos já existentes devido a ação da praga;

5.32.17. Encharcamento/pincelamento: aplicação da calda cupinicida em toda a peça a ser tratada com o auxílio de um pincel ou brocha;

5.32.18. Instalação de iscas: instalação de iscas colocadas no solo ou parede ao redor da estrutura do imóvel ou em áreas internas.

5.33. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.34. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.35. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Rotinas a serem cumpridas

5.35.1. A execução contratual observará as rotinas detalhadas no item 6 do Estudo Técnico Preliminar referente a este Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.36. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.37. O controle de pragas deverá ser efetuado com uso de produtos registrados e aprovados pela inspeção sanitária competente em âmbito federal, estadual e municipal; deverá apresentar tabela contendo as seguintes informações: nome comum, grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento, número de Registro no Ministério da Saúde, para cada praga alvo de controle a que se destinará o produto. Serão exigidos produtos químicos com embalagens fechadas e lacradas, para abertura na presença de servidor do Departamento de Polícia Federal;

5.38. A contratada deverá aplicar a melhor técnica para eliminar todas as pragas existentes, sempre que possível com a utilização de técnicas de controle natural. Todas as técnicas devem ser aprovadas pela Contratante;

5.39. Todos os produtos, materiais, utensílios e acessórios serão fornecidos pela Contratada, sem ônus para a Contratante. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.40. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.40.1. Será exigido o uso de materiais aprovados pela ANVISA, bem como o uso obrigatório de EPIs;

5.40.2. Os serviços serão demandados através de ordem de serviço, conforme necessidade do órgão, expedida com antecedência mínima de 15 dias, salvo se em comum acordo de ambas as partes;

5.40.3. O pagamento será autorizado pelo fiscal da Polícia Federal, somente após a conclusão de cada item demandado pela ordem de serviço;

5.40.4. A descrição detalhada dos serviços e das áreas onde serão executados está no modelo de execução do objeto, item 7 desse termo de referência.

Especificação da garantia do serviço

5.41. O prazo de garantia contratual dos serviços será o disposto na **Lei nº 14.133/2021** e, no que couber, no **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, aplicável aos serviços de natureza

continuada.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.42. Não serão necessários procedimentos específicos de transição e finalização do contrato, tendo em vista as características do objeto, que consiste em serviços de apoio técnico-laboratorial e operacional, sem transferência de equipamentos, documentos, acervos ou responsabilidades contínuas entre contratadas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de execução do contrato*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.19. **Cabe ao Gestor do Contrato:**

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no presente Item:

ITEM	OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO:
------	------------	----------	------------

1	Descumprir, injustificadamente, os prazos máximos estabelecidos no Termo de Referência;	Por ocorrência	1
2	Descumprir, injustificadamente, o prazo de execução de qualquer serviço solicitado;	Por ocorrência	3
3	Utilizar as dependências da PF para fins diversos do objeto contratado;	Por ocorrência	5
4	Atraso injustificado superior ao prazo da apresentação da Nota Fiscal e dos demais documentos exigidos pela fiscalização;	Por ocorrência	2
5	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;	Por ocorrência	2
6	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado;	Por ocorrência	5
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físicos, ou materiais;	Por ocorrência	5
8	Retirar das dependências da PF quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável;	Por item e por ocorrência	1
9	Não atender a qualquer obrigação no Edital/Termo de Referência e seus anexos, que não especificada nesta tabela.	Por ocorrência	1

PONTUAÇÃO ACUMULADA	GLOSA
2 (DOIS) PONTOS	Não haverá glosa, apenas Advertência;
3 (TRÊS) PONTOS	Glosa correspondente a 1% do valor faturado no mês da apuração.
4 (QUATRO) PONTOS	Glosa correspondente a 2% do valor faturado no mês da apuração.
5 (CINCO) PONTOS	Glosa correspondente a 3% do valor faturado no mês da apuração.
6 (SEIS) PONTOS	Glosa correspondente a 4% do valor faturado no mês da apuração.
7 (SETE) PONTOS	Glosa correspondente a 5% do valor faturado no mês da apuração.
Acima de 7 (SETE) PONTOS	Glosa correspondente a 5% do valor faturado no mês da apuração da pontuação, acrescido de 1% para cada ponto extra.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas

contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante

deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA/IBGE](#) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas

nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete dias).

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. . O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) até o limite de **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até limite de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.4.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou

de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.7.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.8. 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONTRATAÇÃO DIRETA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de Empreitada por Preço Global

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da

consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.22.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de,

no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.22.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnico-Operacional

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.27.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.28. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.29. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.30. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.30.1. Profissional legalmente habilitado para responder tecnicamente pelos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, conforme legislação aplicável.

9.30.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.31. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consulados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 60.650,00 (Sessenta mil e seiscentos e cinquenta reais)**.

10.1. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [linha “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.3. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/200382;

II) Fonte de recursos: 3050000058;

III) Programa de trabalho: 172371;

IV) Elemento de despesa: 339037

V) Plano interno: PF99ON9AG26

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus/AM, data e assinatura digitais.

PÉRICLES TAVARES VIEIRA NETO

Papiloscopista de Polícia Federal
GTED/SELOG/SR/PF/AM

YANN CAVALCANTE NEVES

Agente Administrativo
GTED/SELOG/SR/PF/AM

AUGUSTO CÉSAR SOUZA

Agente Administrativo
CPL/SELOG/SR/PF/AM

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Ciente e de acordo.

Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua elaboração observou os critérios que norteiam a Administração Pública, pois constam justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, os aspectos técnicos fundamentais, as obrigações das partes envolvidas bem como a estimativa de custos da contratação, desta forma confirmo a concordância com os termos do presente documento, sendo tecnicamente viável a formação do processo.

MARIA LUCIA WUNDERLICH DOS SANTOS

Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Amazonas Substituta

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: MAI/2026



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUCIA WUNDERLICH DOS SANTOS**, **Superintendente Regional - Substituto(a)**, em 02/09/2026, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO CESAR SOUZA**, **Agente de Contratação**, em 31/08/2026, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145574838&crc=46BBB991](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145574838&crc=46BBB991).

Código verificador: **145574838** e Código CRC: **46BBB991**.

Referência: Processo nº 08240.002301/2026-02

SEI nº 145574838